

Dos saberes da terra ao projovem campo-saberes da terra¹

From the knowledge of the field to the projovem campo project – knowledges of the field

Raimunda Áurea Dias de Sousa²
Tatiane de Macedo Coelho³

Resumo

Tendo como base as lutas dos camponeses por educação que seja do/no campo, o presente trabalho tem como objetivo analisar as repercussões do Projovem Campo como uma modalidade da Educação do Campo no Município de Petrolina-PE, bem como, a importância de sua conquista para os trabalhadores do espaço rural. Voltado para atender Jovens e Adultos excluídos da Escola, o referido Programa surge nos movimentos sociais como necessidade de autonomia, de democratizar o conhecimento para um número maior de pessoas. Nesse sentido, compreende-se que ter acesso à escola é importante, para que a cerca do latifúndio seja quebrada junto com a cerca da ignorância.

Palavras-chave: Educação do Campo. Projovem Campo. Movimento.

Abstract

Based on peasants' struggles for education in the field, this paper aims to analyze the repercussions of PROJOVEM CAMPO, as an educational modality in the field in the city of Petrolina-PE, as well as the importance of this conquest for rural workers. Projected to support young people as well as adults excluded from school, this program emerges in social movements as a need of autonomy, in order to democratize knowledge for a greater number of people. In this sense, it is understandable that having access to school is important so that the landownership fence is broken, together with the fence of ignorance.

Keywords: Education in the field. Projovem Campo. Movement.

¹ Esse artigo é resultado da monografia EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM DIREITO RENEGADO produzida no Curso de Especialização em Ensino de Geografia (Lato Sensu), Colegiado de Geografia da UPE/Petrolina 2015.

² Profa. Adjunta do Colegiado de Geografia e do PPGFPPI da UPE- Petrolina. Líder do Grupo de Pesquisa em Sociedade e Natureza do Vale do São Francisco.

³ Especialista em Ensino de Geografia- UPE - integrante do Grupo de Pesquisa em Sociedade e Natureza do Vale do São Francisco.

Contato: aurea.souza@upe.br

Introdução

A Educação do Campo como um direito para os povos do campo foi e ainda é protagonizada pelos movimentos sociais organizados do campo, como forma de contrapor à educação rural, na medida em que reafirma a legitimidade da luta. A essência dela não pode ser apreendida senão no seu movimento real, que é um conjunto articulado de relações que a constituem na prática e cujo sujeito é a classe trabalhadora do campo.

Ainda que a Educação do Campo se mantenha no estrito espaço da luta, suas relações construtivas estão vinculadas estruturalmente ao movimento das contradições do âmbito da Questão Agrária (CALDART, 2012) e, para defender a educação para camponeses, faz necessário se confrontar com a lógica da agricultura capitalista.

Segundo Molina (2012), a efetiva promoção do direito à educação em todos os níveis de ensino para a população do campo, requer adoção de políticas e programas que sejam capazes de aduzir, na prática da ação do Estado, os princípios da igualdade formal e da igualdade material determinados na Constituição Federal de 1988.

Assim, neste estudo, analisou-se o programa Projoovem Campo – Saberes da Terra, uma política conquistada pelos movimentos sociais do campo por meio de ocupação de prédios públicos. A operacionalização do Programa é de responsabilidade do Estado, contudo, o material deve ser vinculado à realidade do campo.

Os movimentos acreditam que a batalha por uma educação que respeite sua vida, é tão importante quanto ocupar um latifúndio. O acesso à escola faz parte de um programa agrário, faz parte da Reforma Agrária, pois tão importante quanto distribuir terra é distribuir conhecimento.

A metodologia da pesquisa tem como princípio a garantia da leitura processual da dinâmica dos movimentos internos inscritos na totalidade das relações sociais mundiais, sendo estruturada em torno de quatro eixos de operacionalização: a organização de uma pesquisa bibliográfica a respeito do conteúdo, a construção de um banco de dados para construção de figuras, a realização de trabalhos de campo com professora da Escola Luís de Souza, na Comunidade do Serrote do Urubu, no Município de Petrolina-PE – atendida pelo Programa - alunos da referida escola (11) e, por fim, a apresentação do trabalho para toda comunidade escolar incluindo os sujeitos envolvidos na pesquisa, seguida de discussão. Para os referidos eixos foram desenvolvidas práticas de campo que se definiram em análise qualitativo-quantitativa por meio

da aplicação de questionários e do levantamento estatístico; como também no resgate de experiências de vida e de trabalho a partir de instrumentos qualitativos como entrevistas, depoimentos e consultas de documentos.

1 A educação de jovens e adultos e o projoovem campo-saberes da terra

O alto índice de analfabetismo no Brasil não é por acaso (ARAÚJO, 2012), tem raízes no desenvolvimento desigual criado pelo sistema do capital. Portanto, o analfabetismo e o semianalfabetismo são expressões da pobreza que resulta de uma estrutura social altamente injusta; combatê-los sem entender suas causas seria um ato superficial.

E é dentro desse contexto que surge a modalidade de EJA - Educação de Jovens e Adultos⁴ -, ensino que é garantido na LDB (Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional), Lei nº 9.393/1996, quando elucida no artigo 37 “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e médio na idade própria”.

Na perspectiva da educação do campo, a prática da EJA vai além da escolarização; considera-se a experiência de vida dos camponeses,

As práticas desenvolvidas de EJA para além da escolarização, considerando os aprendizados que os trabalhadores vão adquirindo por meio de suas experiências de lutas de trabalho, sem negar a importância fundamental da educação escolar como espaço privilegiado de acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade (ARAÚJO, 2012, p.251)

A Educação de Jovens e Adultos surge nos movimentos sociais como necessidade de continuação das lutas sociais em vários segmentos sociais organizados dos movimentos do campo. Daí surge as demandas diante da situação em que encontrava o acesso à educação de jovens e adultos não só no campo como na cidade.

Todos os povos do campo unidos defendem os direitos da educação, “com a ampliação das lutas pelo direito à educação para todos os povos do campo, organizados desencadeadas coletivamente a partir da I Conferência

⁴ É uma modalidade específica da educação básica, destinada aos sujeitos do campo e da cidade aos quais foi negado ao longo de sua vida o direito de acesso à permanência na educação escolar, seja na infância, na adolescência, ou na juventude (ARAÚJO, 2012).

Nacional de Educação Básica no Campo, em 1998” (MOLINA, 2012) e, em 2004, consolidada a II Conferência e a partir deste inicia uma ampla discussão em busca da Política Pública de direito da educação do campo.

Nesse contexto, diversos programas são criados, não só na modalidade de EJA, como também na garantia de Universidade, como é o caso do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Residência Agrária, Licenciatura em Educação do Campo, entre outras, todas eles resultados de longos processos de negociação e disputa com o Estado (TAFAREL; MOLINA, 2012).

Foi criado ainda, no ano de 2005, para levar a escolarização aos povos do campo, o Programa Saberes da Terra, com o objetivo de escolarização de jovens agricultores e familiares em nível fundamental na modalidade de EJA. O programa é vinculado ao Ministério da Educação pela SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – e, desde sua origem, possui uma meta de escolarizar 5.000 jovens agricultores/as de diferentes estados e regiões do Brasil: Bahia, Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Piauí pela região Nordeste. Mato Grosso do Sul no Centro-Oeste. Santa Catarina e Paraná pela região Sul. Da região Sudeste Minas ; do Norte participam Pará, Tocantins e Rondônia. O programa Saberes da Terra encerrou-se no ano de 2007 e seu funcionamento ocorria na própria comunidade, sendo 3h por dia, e cada dia da semana era uma área do conhecimento. As turmas eram indicadas e coordenadas pelos movimentos de lutas sociais e sindicais, com as divisões a seguir.

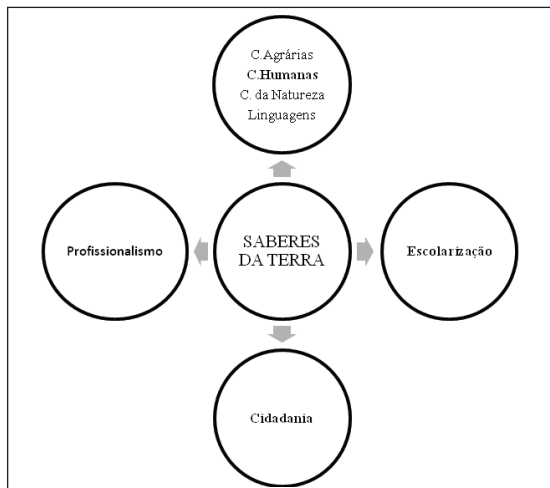


Figura 01: Formação do saberes da terra
 Fonte: COELHO, Tatiane de Macedo. 2015

De acordo com o MEC, nos dois anos de sua existência, o Programa Saberes da Terra atingiu a formação de jovens agricultores/as que vivem em comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, assentamentos e de pequenos agricultores. Escolarizou adulto, como no caso da turma de mulheres no estado da Paraíba, na etapa inicial do Ensino Fundamental. Essa diversidade étnico-cultural e de gênero, vivenciada pelo Programa, aparece nos debates e produções realizadas durante os quatro Seminários Nacionais de Formação de Formadores/as, dezenas de Seminários Estaduais de Formação de Educadores e na produção de materiais pedagógicos.

Atualmente, esse programa tornou-se o Projovem Campo- Saberes da Terra, cujo objetivo é desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que oportunizem a jovens agricultores (as) familiares, com idade entre 18 a 29 anos, excluídos do sistema formal de ensino, a elevação de escolaridade em Ensino Fundamental com qualificação profissional inicial respeitadas as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica e produtiva dos povos do campo.

O Ministério da Educação em sua página⁵ elucida que:

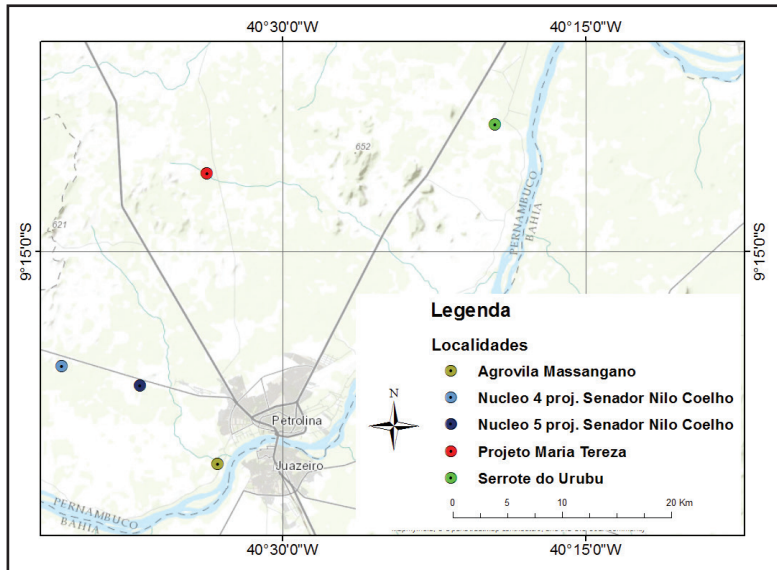
- a) 2008 foram aprovados projetos para 19 estados e em 19 instituições de Ensino Superior públicas, os quais estão sendo executados com a meta de atender a 35 mil jovens agricultores familiares.
- b) 2009 foram aprovadas 30.375 novas vagas a serem ofertadas por secretarias estaduais de educação de 13 estados.

Atualmente, as secretarias de educação dos municípios já podem aderir ao programa, mediante a abertura do edital. É importante frisar que a elaboração do Percorso Formativo foi embasada nas contribuições dos Seminários Nacionais dos Saberes da Terra, nos anos de 2006 e 2007.

Em Petrolina-PE, a SEDUC - Secretaria de Educação – aderiu ao programa no ano de 2014, iniciando com a escolha das comunidades que irão aderir o Projovem Campo e depois a seleção de professores, com o início das aulas para o mês de março do ano de 2015, destinado ao público de assalariados, pescadores, agricultores familiares e tantos outros povos do campo, sendo escolhidas as seguintes Escolas Núcleos: Escola Municipal José Esmerindo Ribeiro (Vila do KM 25, Maria Tereza) Escola Municipal Irmã Luiza Gomes

⁵ Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 21/06/2016.

(Rua C, S/N Agrovila Massangano) Escola Municipal Osório Leônidas de Siqueira (Rua 04, S/N vila Nova NM 05) Escola Municipal Bruna Negreiros (Projeto Nilo Coelho, NM 04) e Escola Municipal Francisco Rodrigues de Santana (Av. Principal Pedrinhas) que, em seguida, foi transferida para a Escola Luíz de Souza (Serrote do Urubu).



Mapa 01 – Abrangência do projovem campo – Município de Petrolina-Pe.

Fonte: RAMOS, José Ramos (2015)

A escolha dessas comunidades pela SEDUC foi proposital, pois todas essas são refúgios dos assalariados. Para tanto, qualificar esses jovens para o trabalho nas fazendas, seria necessária a escola no campo. Contudo, entende-se que o professor, de acordo com sua formação podeir à contramão desse propósito, contribuindo para que os jovens possam revoltar-se contra a exploração que estão inseridos.

Comprova-se a intensão do Estado na mobilidade dos educandos, pois, no Município de Petrolina, a Secretaria matriculou o total de 200 jovens divididos em seis turmas; porém na turma do Serrote do Urubu, foram matriculados 50 alunos e apenas 20 frequentam, devido às dificuldades encontradas pela distância.

3 O Estado e o material didático criado para Projovem Campo

O percurso formativo do Programa Projovem Campo Saberes da Terra sintetiza a caminhada pedagógica e metodológica construída coletivamente por gestores e sujeitos educativos, engajados na experiência piloto do Saberes da Terra vivenciado entre os anos de 2005 e 2007, em doze estado do Brasil.

Segundo o Ministério da educação no Projeto Político Pedagógico (2010), o biênio 2005-2006 foi de implantação do Projeto Piloto Saberes da Terra, utilizando:

- a) construção de metodologias para a elaboração de material didático-pedagógico que possa ser replicado de acordo com o contexto de cada estado ou região;
- b) produção de cadernos Pedagógicos que tratam dos Eixos Temáticos do programa.

A organização curricular do Programa centra-se em Eixos Temáticos, sendo o Eixo curricular articulador **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**, que dialogará com os todos os eixos:

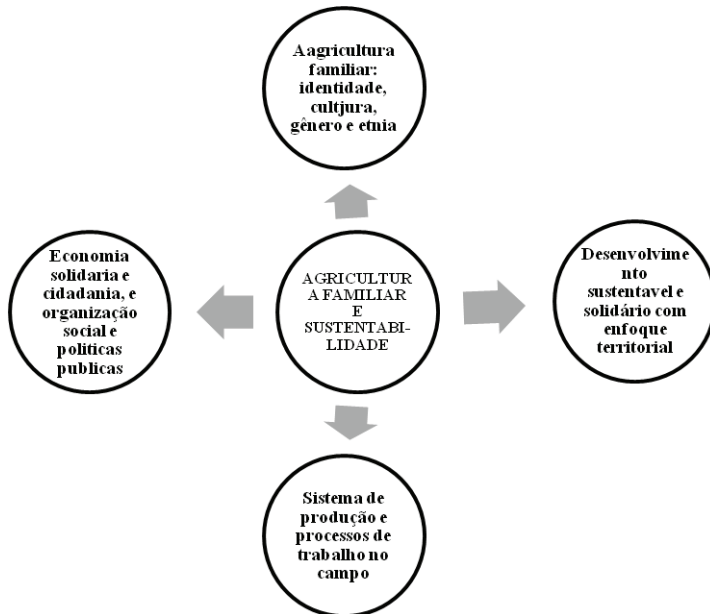


Figura 02: Dos eixos temáticos
FONTE: COELHO, Tatiane de Macedo. 2015

Cada Eixo temático tem uma ementa básica segundo o MEC- Projeto Político Pedagógico Saberes da Terra (2010).

1. Agricultura Familiar: Identidade, Cultura, Gênero e Etnia – Estudo das relações sociais no processo histórico de produção econômica e cultural da Agricultura Familiar, seus problemas e potencialidades culturais nas dimensões de gênero, etnia, geração e de identidade. Estudo das ocupações e transformações do ambiente, das diferentes concepções de Agricultura Familiar e das relações campo-cidade.

Conforme a ementa, deste primeiro eixo temático, destaca-se o objetivo do estudar, pesquisar e intervir a Agricultura Familiar, considerando a Cultura que vem se utilizando para ocupar a terra e produzir, e entender como os povos se territorializam na terra em diversas dimensões culturais, bem como as questões étnicas, gênero e a identificação do sujeito.

2. Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo - Estudo sobre questões relacionadas à Agricultura Familiar e suas relações com os sistemas de produção; o papel da família e da comunidade na transformação dos ecossistemas em agroecossistemas; a sucessão vegetal e os possíveis limites, potencialidades e desafios dessa transformação ecológica; as práticas dos sistemas de produção locais e sua reprodução social; a produção e reprodução familiar, sua territorialidade e influências das relações de trabalho internas e externas ao estabelecimento rural; compreender os processos de trabalho no campo, inclusive os papéis dos membros da família e das pessoas da comunidade; estudo das principais políticas agrárias e agrícolas que influenciam na produção familiar e realidades do campo.

Já esse eixo temático busca problematizar o Eixo Articulador Agricultura Familiar, com ênfase maior nos Agroecossistemas, oportunizando experiências pedagógicas que potencializem os saberes da juventude do campo e o diálogo de saberes; (re)valorizar a sabedoria dos sujeitos, a memória da vida camponesa.

3. Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas - Estudo das organizações sociais, da relação entre Estado e Sociedade Civil a partir do contexto sócio-histórico, discutindo conceito de cidadania e princípios de ética; Análise dos conceitos de Estado, Governo, Democracia e Estudo das organizações sociais, da relação entre Estado e Sociedade Civil a partir do contexto sócio-histórico, discutindo conceito de cidadania e princípios de ética; Análise dos conceitos de Estado, Governo, Democracia suas relações com a legislação (Federal, Estadual, Municipal); Conhecimento da trajetória dos Movimentos Sociais e das Organizações Sociais e suas implicações na definição

de Políticas Públicas; as estratégias organizativas locais; jovens como foco de políticas públicas; educação no meio rural brasileiro. Refletir as políticas públicas voltadas para a escolarização e a valorização das manifestações culturais e sociais; refletir sobre as Políticas de saúde, educação, esporte e lazer; Conselhos Municipais e Cartas de Direito; Compreender as Políticas para a Agricultura Familiar: Crédito, Assistência Técnica, seguro safra, geração de emprego e renda, mercados.

Esse eixo traz a reflexão sobre as organizações sociais e o papel da sociedade civil, no âmbito de todas as esferas: Federal, Estadual e Municipal. Como também o conceito de Estado, Política Públicas, Conselhos. Compreender como se dão as políticas voltadas para Agricultura Familiar e como ela chega. Estudar a trajetória dos Movimentos Sociais e as suas contribuições para agricultura familiar camponesa.

4. Economia Solidária - Estudo do campo como local de formação de pessoas, de relações sociais e econômicas; sistemas sociais e econômicos ao longo da história; modos de produção e organização social; Legislação Agrária e Ambiental. Refletir sobre as formas de economia solidária no Brasil: Cooperativismo, Associativismo, microcrédito, Sistema CRESOL; Mercados Solidários; Comércio justo. Análise e conceitos de solidariedade; relações sociais e econômicas presentes na sociedade em geral; capital social enquanto possibilidade de desenvolvimento humano e solidário;

Esse estudo das relações econômicas é o principal embasamento, estudando como se dá estas relações no campo, e como é a influência do capitalismo sobre a economia do Brasil, e como ele funciona, como também entender o funcionamento da economia solidaria.

5. Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial - Estudar, pesquisar e refletir sobre o conceito básico de desenvolvimento e sustentabilidade; evolução histórica do termo Desenvolvimento Sustentável; desafios, limites e potencialidades para o desenvolvimento sustentável; princípios e fundamentos da Agroecologia; importância do uso racional dos recursos naturais; Políticas Públicas; experiências de promoção do desenvolvimento rural local.

Este último vem com o embasamento de todos os eixos, o estudo conceitual do desenvolvimento e sustentabilidade, e a evolução histórica do termo; e o desenvolvimento rural local. E traz a reflexão de outro mundo possível.

Em todos os eixos – a Agricultura Familiar diferenciada de Agricultura Familiar Camponesa⁶ é o ponto de partida. Evidencia-se, portanto, com os eixos a humanização do sistema do capital e não sua destruição.

Entender a diferença de ambas as agriculturas, (Carvalho e Costa, 2012) o modo de vida camponês de fazer agricultura não está separado do modo de vida da família, porque os trabalhadores são os próprios filhos. Já o termo Agricultura Familiar corresponde a múltiplas conotações. Abremovay (2004) mencionou

[...] a mão de obra na agricultura é cada vez menos importante. Além disso, o tipo de mercado é totalmente diferente daquele característico de sociedades camponesas, onde se vende para um comerciante conhecido que financiar a família através de mecanismo com os da venda na palha ou venda na folha, [...] (p.102)

Em todos os Eixos, o professor precisa do embasamento teórico e real. No que se refere às áreas do conhecimento chamadas a dialogar com os eixos temáticos são: Linguagem Códigos e suas tecnologias, Ciências Humana, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias. Sendo assim, deverão construir problemáticas que possibilitem perceber as relações entre as áreas do conhecimento e os Eixos temáticos.

A Alternância⁷ é uma metodologia utilizada pelo programa em estudo e que acontece por meio de dois tempos-espacos específicos: Tempo Escola e Tempo Comunidade, definidos no seu PPP. Dessa forma;

a) O Tempo Escola corresponde ao período em que o/a educando/a permanece efetivamente no espaço da unidade escolar em contato com o saber mais sistematizado, planejando e recebendo orientações dos educadores/as. Nesse período, os/as educandos/as, as educadoras e educadores desenvolvem aprendizagens sobre os saberes técnico-científicos dos eixos temáticos,

⁶ Agricultura Camponesa é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, o modo de fazer agricultura não está separado do modo de vida de viver da família (CARVALHO; COSTA, 2012).

⁷ A Pedagogia da Alternância é uma metodologia utilizada nas propostas educacionais que visam promover a formação integral dos sujeitos do campo, apropriada à realidade, criando alternativas de geração de renda na perspectiva do desenvolvimento sustentável propiciando-lhe condições de fixar-se ao meio rural com qualidade de vida. (SCALABRIN; CORDEIRO, 2007).

planejam a execução de projetos experimentais que serão desenvolvidos em suas propriedades, realizam atividades de acolhimento e organização grupal, realizam planos de pesquisas, círculos de diálogos, entre outras atividades pedagógicas. (p.62)

b) O Tempo Comunidade corresponde ao período em que o estudante é motivado a partilhar seus conhecimentos e experiências na família, na comunidade ou nas instâncias de participação social e de classe. No Tempo Comunidade, o estudante desenvolverá pesquisas, projetos experimentais, atividades grupais, entre outras atividades, com o auxílio do planejamento e acompanhamento pedagógico dos/as educadores/as. (p.62)

Porém, ao analisar os resultados da pesquisa, em falas de professores e alunos da Escola Luíz de Souza, o tempo comunidade está acontecendo dentro da escola, a única coisa que muda, segundo eles, é que fazem mais atividades em grupos e leituras; a professora justifica por conta do trabalho;

- Porque a maioria dos alunos trabalha em empresas, ou em casa durante o dia. (A.M.G.A. S)

Ver-se que é preciso instigar a luta pela terra e não se conformar diante da realidade. Esse é um grande desafio a ser seguido.

É importante esclarecer que a gestão nacional do Programa, em âmbito Federal, é realizada em três instâncias:

- a) Comitê Gestor Interministerial – Composto pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome.
- b) Comitê Pedagógico Nacional – Composto pelas equipes técnicas e pedagógicas dos ministérios parceiros e representantes dos movimentos sociais.
- c) Coordenação Executiva Nacional – realizada pela SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC – por meio da Coordenação Geral de Educação do Campo - CGEC.

Os materiais didático-pedagógicos utilizados no Projovem Campo são referência nacional, sendo composto de um conjunto de Cadernos Pedagógicos Nacionais organizados por Eixo Temáticos. Para cada eixo, tem-se um caderno para o educador e outro para o educando.

O caderno do educando é material de leitura para viabilizar a compreensão geral da temática a ser trabalhada no eixo temático e como este dialoga com o complexo da agricultura familiar. (MEC, 2010 p.89)

Ao analisar o caderno do educando nº01 do eixo Agricultura Familiar, vê-se que nele se encontram diversos textos, dentre eles o texto de nº 01, denominado *A Via Rural do autor Ulisses Freitas*. O mesmo explica que o desenvolvimento sustentável passa pela agricultura familiar, que é menos prejudicial ao ambiente e tem grande potencialidade para juventude, sendo que é imprescindível falar dos que vivem no campo, sem reconhecer os agricultores familiares camponeses e camponesas que vivem neste território. Para eles, a natureza é condição de vida de trabalho e sua sustentabilidade ocorre naturalmente.

Ainda no mesmo caderno, apresentam-se nos textos nº 13 - A Economia de Base Ecológica em Pequenas Propriedades Familiares: O caso da família Rutkoski, 14- Soberania Alimentar, Agroecologia e Mercados Locais, 15-Agricultura Familiar e a Potencialização do Desenvolvimento, 22-Juventude e Agricultura Ecológica no Rio Grande do Sul, 23-Juventude e Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semiárido da Bahia, 29-Agricultores Descobrem Nova Forma de Gerar Renda e Garantir uma Alimentação Segura e 36-Agricultura Familiar: História, Diversidade e Autonomia. Esses textos trazem características da Agricultura Familiar e importância da sua produção para o mercado, com a economia voltada para ecologia, agroecologia e a potencialidade para o desenvolvimento. O texto nº 36 traz o debate sobre o conceito de agricultura familiar, e atribui que terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, trabalhador rural, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar.

É importante esclarecer que cada terminologia tem um conceito criado para desqualificar agricultura familiar camponesa. Assim, é importante afirmar que esses termos, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência são atribuídos pelos defensores da inserção dos camponeses ao mercado, uma vez que eles os consideram atrasados e resistentes à modernização.

É importante estudar o campesinato e entender sua recriação nas contradições do capitalismo. De acordo Shanin (2008), a economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial, que não desaparece, ela é a mais eficiente do que economias não camponesas.

Reforça-se que o termo camponês designa sujeitos que possuem seu modo de vida e tem na economia familiar sua principal característica. Assim, resistem às transformações no campo ocorridas no capitalismo porque para eles a terra é condição de trabalho autônomo, portanto, de vida.

Ressalta-se que o estudo da agricultura, apresentado nos cadernos do Projovem, tem sua proposta voltada para Agricultura Familiar de acordo com os interesses do Estado para propagar a inserção da modernização da agricultura no campo via assalariamento.

4 Algumas considerações

A Educação pública brasileira tem seguido cada vez mais um modelo empresarial. As grandes corporações do agronegócio, das indústrias e dos meios de comunicações têm adentrado no sistema educacional brasileiro, desde a Educação Básica ao Ensino Superior, com a convivência e parceria do Estado. Vive-se um período de crise, em que o capital necessita pensar novas demandas que possibilitem sua reprodução e, a educação é importante para essa reprodução.

No ano 2015, depois de 18 anos, aconteceu o 2º ENERA - Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - reunindo educadores do campo de todo o Brasil, com o objetivo de debater o atual momento de educação pública brasileira, que está submetida a um modelo mercantilizado ditado por grandes grupos financeiros.

Fica evidenciado que para os sujeitos do campo, terra e educação são lutas comuns, e que as experiências da Educação do Campo devem ser partilhadas por outros tipos de Educação tanto a Básica como a Superior, especialmente, em Cursos que tratam diretamente a problemática do campo, como é o caso do componente curricular de Geografia Agrária ou Educação Popular e Movimentos sociais, ou mesmo, em Educação do Campo.

Quando o Estado capitalista prioriza programas não garante a verdadeira mudança na educação, apenas resolve o problema parcialmente. Observou-se no estudo realizado que o Programa Projovem Campo- Saberes da Terra, mesmo tendo sido uma política buscada pelos movimentos do campo, apresenta precariedades. Um deles é a formação do educador, que precisa ser voltada para a realidade do campo, aprofundando as temáticas que trazem nas ementas, que sejam discutidas com a realidade do campo brasileiro, com o intuito de saber o que passou e passa o espaço rural. Outro ponto, refere-se a demora na entrega do material didático aos alunos.

Mesmo assim, as experiências vivenciadas pelos movimentos do campo, que são protagonistas da educação do campo, têm que ser compartilhadas com as outras áreas da educação conhecida como formal. Defender uma Educação libertadora é papel de toda sociedade, preferencialmente, os que constituem a comunidade universitária.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo**. In: A Questão Agrária na Década de 90. Coor. João Pedro. SPÉDILE; Jacob Gorendr ... [et - al.]- 4 ed. – Porto Alegre - RS. Ed.UFRGS, 2004.
- ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. In. Dicionário da Educação do Campo / CALDART, Roseli Salete; PERREIRA, Isabel Brasil.; ALENTEJANO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio. 2 ed.,2. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p.250-257.
- BRASIL, Ministério da Educação. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) Famílias** /Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa ZavareseSechim. – Brasília: Ministerio Da Educação Continuada, Alfabetização, 2010.
- CALDART, Roseli Salete **Educação do Campo**. In. Dicionário da Educação do Campo /CALDART, Roseli Salete.; PERREIRA, Isabel Brasil.; ALENTEJANO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio. 2 ed.,2. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.pp. 257-265.
- CARVALHO, Horacio Martins.; COSTA, Francisco de Assis. **Agricultura Camponesa**. In. Dicionário da Educação do Campo / CALDART, Roseli Salete.; PERREIRA, Isabel Brasil.; ALENTEJANO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio. P. 26-32. 2 ed.,2. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- _____. **Campe sinato**. In. Dicionário da Educação do Campo / CALDART, Roseli Salete.; PERREIRA, Isabel Brasil.; ALENTEJANO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio. P. 113 - 120. 2 ed.,2. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SCALABRIN, Rosemeri; CORDEIRO, Georgina N.k. **Formação de Professores: Alternância Como Elemento Integrador**. Simposio, 2007. Disponível : http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/396.pdf

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas**. In: Campesinato e Territórios em Disputa org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

Recebido em: 26/08/2016

Aprovado em: 29/09/2016